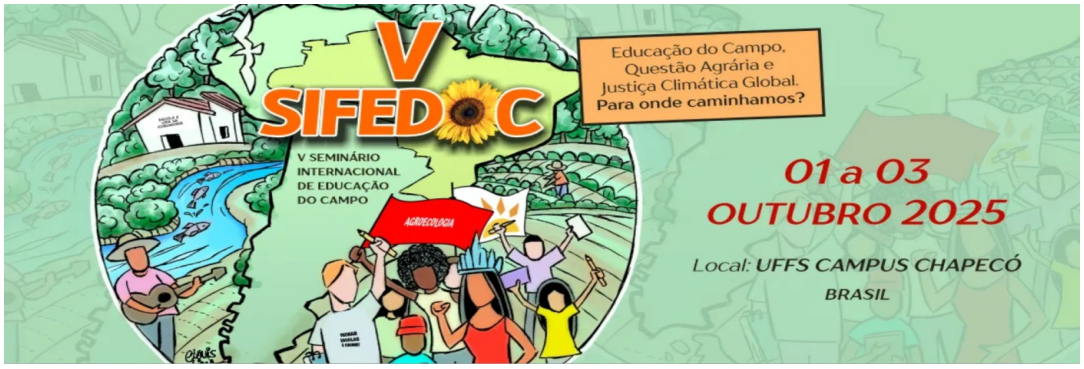


FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS DO CAMPO NO PARANÁ: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

Ana Cristina Hammel[1]

Fabiana Luzia Beltrame Signorini[2]

Ionah Beatriz Beraldo Mateus[3]

Círculo de Saber: Formação inicial e continuada de Professores (4)

Resumo: O presente texto analisou os dez últimos anos da Educação do Campo no Paraná, desde implementação da BNCC e a formação continuada de professores. Buscou identificar os limites e avanços no período, destacou-se, em ordem cronológica, os eventos voltados à formação de professores atuantes nesse contexto. Procurou-se identificar as ações formativas oferecidas pela mantenedora aos docentes e gestores da rede estadual de educação, bem como as parcerias firmadas e como isso impactou na formação dos professores/as do campo paranaense. O trabalho partiu de dados públicos, fornecidos pela SEED-PR, em páginas institucionais, sites oficiais e de materiais oferecidos como subsídios para formação continuada. É resultado da inquietação das docentes vinculadas ao Programa Escola da Terra, que é uma ação ministerial prevista no Pronacampo[4] (2013). Os dados apontam que nos últimos dez anos várias foram as ações fornecidas pela SEED, algumas em parceria com universidades públicas, como o Programa Escola da Terra. No Paraná esse programa é ofertado desde 2015, em regime de alternância, e busca manter, a partir das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2002/2006; 2008/2010) e da política institucional, vínculos para a formação que seja emancipadora e que acumule para o fortalecimento das escolas e comunidades camponesas.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação Continuada de Professores; Escola da Terra.

1 Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon, coordenadora do Programa Escola da Terra. Email: ana.hammel@uffs.edu.br.

2 Professora da Rede Estadual de Ensino, mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Cascavel, tutora do Programa Escola da Terra. Email: fabianasignorini14@gmail.com.

3 Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), doutora em Educação pela mesma universidade. Email: beatrizberaldo@uol.com.br

4 Programa Nacional de Educação do Campo, foi instituído em 2013, pela PORTARIA Nº 86, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação no campo, abrangendo todas as etapas e modalidades de ensino, inclusive a formação continuada de educadores.

Introdução

A Educação do Campo é uma construção a partir de uma demanda dos movimentos e organizações sociais camponesas, que buscam superar a chamada Educação Rural, cuja principal crítica se deu entorno da concepção de campo e do sujeito do campo, ao considerar esse local como um ambiente de atraso, onde os sujeitos precisavam ser salvos da ignorância e da falta de atitude diante da pobreza no campo.

Para Viero e Medeiros (2018, p. 17),

> O campo foi associado como um espaço de oportunidades para atividades econômicas e lucro, o que corroborou para o olhar de uma educação de cartilha tecnicista que se "reduziu ao atendimento de necessidades educacionais elementares e ao treinamento de mão de obra" (MEC, 2007, p.10), como também para negação da sua identidade enquanto território de relações socioculturais.

Diante desse processo, a partir da compreensão da importância da Educação do Campo e da escola do campo, são organizadas uma série de denúncias, tratativas que culminam nas políticas públicas e nas ações governamentais, sobretudo a partir dos anos de 2002, quando são promulgadas as Diretrizes Curriculares para Educação do Campo (DCEs- 2002) e desencadeadas uma série de ações nos estados da federação, com intuito de avaliar e implementar a política de educação do campo nos territórios.

O presente texto parte do contexto do avanço da política pública e busca identificar os limites e avanços do Paraná nos últimos dez anos (2015-2025), considerando as mudanças na política nacional, especialmente com a aprovação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A metodologia adotada parte da experiência formativa integra a concepção de investigação-ação, cuja essência é colaborativa, das autoras, que atuam diretamente em programas de formação continuada para professores do campo no estado. Parte do trabalho coletivo, de registro e da própria prática, da reflexão junto ao conjunto de sujeitos e ações que pretende ter efeitos na prática docente, em especial nas escolas camponesas. Conforme Grabauska e De Bastos (2001, p.19), "a constituição de comunidades de professores, como investigadores críticos de suas práticas, contribui para a construção de uma ciência educacional crítica, que pode se estabelecer como marco de enfrentamento às concepções técnicas da educação".

O processo de investigação-ação e escrita do texto também buscou fazer um resgate das formações continuadas ofertadas no período destacado para que possam

possibilitar momentos de avaliação, planejamento e replanejamento das práticas, desde os princípios e fundamentos da Educação do Campo. Assim, mais que uma pesquisa, o texto se constitui em um relato/estudo de caso que precisa ser aprofundado.

O texto está subdivido em dois itens articulados. O primeiro buscou fazer uma retrospectiva da história da Educação do Campo, trazendo aspectos da conjuntura e da mudança política nos últimos dez anos no Paraná, considerando a criação das escolas do campo com organização de turmas multianos, com a junção de dois anos e o uso de instrumentos on-line, para controle e avaliação dos processos educativos no estado.

O segundo item, partiu de uma análise das DCEs e de outras políticas implementadas no mesmo período, mas sobretudo do Plano de Ações Articuladas (PAR) e das metas propostas nacionalmente. No caso do Paraná, elencou-se a partir dos dados fornecidos pela SEED, os programas, seminários e projetos de formação continuada.

Diante das questões postas, considerou-se os esforços realizados para formação continuada no estado, atravessado por uma política nacional, pautada no neoliberalismo na educação, expressos na própria BNCC, com uma visão tecnicista, baseada no resultado e na produtividade. A Educação do Campo é atingida pelos efeitos dessa implementação e busca resistir a elas, mantendo os princípios estabelecidos nas DCEs. O Programa Escola da Terra tem sido um espaço importante nesse sentido. Porém, alerta-se para necessidade de defesa da educação pública brasileira e da própria carreira docente, que vem sofrendo com a precarização e o adoecimento diante dos efeitos da política nacional para educação.

2. Educação do Campo no Paraná: retrospectiva dos últimos 10 anos

A Educação do Campo no Paraná, assim como no Brasil, é resultado de uma luta histórica das organizações e movimentos sociais do campo. Essa expressão se consolidou, sobretudo no auge dos anos 2000, com a criação da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo (APEC) e da Coordenação de Educação do Campo, em 2002, junto à Secretária de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). Souza, 2009, destaca a importância dos debates realizados em seminários, congressos e encontros desenvolvidos nesse período que culminou nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (DCE) do Paraná de 2006 e na Resolução n.º 4784/2010 - GS/SEED, que institui a Educação do Campo como Política Pública de Estado,

Para Amboni (2024, p. 21) as DCE são

> instrumentos do estado para que a mesma se efetive e torna-se realidade presente no cotidiano dos povos do campo, pois atualmente é uma escola nos marcos da sociedade burguesa, nos marcos do capitalismo como modo de organização do trabalho social e que mais que urgente pode e deve se desenvolver com a participação da comunidade, respeitando as peculiaridades sociais, culturais, políticas e educacionais.

Passados quase vinte anos da construção das DCE, buscamos analisar as mudanças empreendidas nos últimos 10 anos no estado do Paraná, como anunciado na introdução desse texto, considerando, dessa forma, o recorte compreendido entre os anos de 2015 e 2025, a partir de elementos de mudanças estruturais para educação pública brasileira, com a implementação, de forma conflituosa, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Paraná foi pioneiro no processo de implementação BNCC, seguindo as orientações da política nacional, como afirmou Cida Borghetti, então secretária de educação, em reportagem publicada no dia 26/11/2018 no Portal Dia-a-dia-educação. Conforme descrito no texto,

> O Paraná é o primeiro Estado do Brasil a aprovar um documento referencial curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento foi aprovado na quinta-feira (22), pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e será implementado às propostas pedagógicas curriculares na rede de ensino estadual, municipal e particular de todo Estado, a partir de 2020. Mais uma vez o Paraná é pioneiro. Resultado do eficiente trabalho do Estado e dos municípios, com o apoio do Ministério da Educação. Foram mais de 75 mil contribuições que ajudaram a construir o melhor para os nossos estudantes, professores, diretores e pais, afirmou a governadora Cida Borghetti (Paraná, 2018).

As escolas do campo também passam por uma reestruturação pedagógica, visando atender a eficiência e a eficácia estabelecidas nas metas e avaliadas a partir de provas externas. Para Verdério e Barros (2020), isso ocorre,

> de maneira articulada a esse processo em nível nacional, a implementação da BNCC tem por eixo central o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (PARANÁ, 2018), que em seu texto introdutório salienta que os direitos e objetivos de aprendizagem são comuns, porém existe a diversidade de currículos e que devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual de cada instituição. Cabendo, portanto, às redes de ensino orientar as escolas na elaboração de propostas pedagógicas que assegurem os direitos e objetivos de aprendizagem de todos os estudantes paranaenses, considerando o contexto local e a articulação do conhecimento escolar à realidade contemporânea.

Após o contexto da pandemia, o documento orientador para as escolas do estado do Paraná, incluindo as do campo, é o Currículo Priorizado, que estabelece conteúdos essenciais a serem trabalhados para que se atenda às defasagens historicamente estabelecidas, bem como àquelas deixadas pela pandemia. Também nesse contexto,

surgem os planos de aulas dos componentes curriculares no Livro Registro de Classe On-line da Rede de Ensino (LRCO) do Paraná dos professores. Esses planos de aulas são editáveis e servem como base/apoio para o planejamento de aulas dos professores.

Para as escolas do campo, fica o desafio de como trabalhar a partir dos princípios da Educação do Campo, presentes na DCEs, diante das metas e avaliações externas, soma-se a isso o Novo Ensino Médio, a sexta aula, que envolvem negociação de transporte e outros. A Prova Paraná é um exemplo disso, cujo objetivo central (Paraná 2019) seria diagnosticar estudantes com dificuldades nos componentes curriculares/disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, desconsiderando, entretanto, a diversidade de currículos e que devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual de cada instituição (Verdério e Borges, 2020).

Além das mudanças na orientação da política educativa no estado, desde a implementação da BNCC, surge a reorganização de turmas de escolas do campo com até 35 alunos, que passaram a ser denominadas de escolas do campo multianos. Segundo Hammel; Finatto e Janata (2025, p. 3)

> A organização em multianos, objeto deste texto, foi implementada em 2020 pela SEED em 72 escolas do campo com até 35 estudantes matriculados. As turmas multianos se caracterizam por integrarem dois anos escolares diferentes, no Ensino Fundamental II, em uma mesma sala de aula. Assim, os estudantes do 6.º e do 7.º ano compõem uma turma, enquanto os estudantes do 8.º e do 9.º ano se aglutinam em outra turma na escola.

A base legal para o funcionamento das turmas multianos nas escolas do campo de pequeno porte, está no Parecer CEE/CEIF n.º 96/2021. No I Seminário das equipes multiprofissionais da rede Estadual de Educação do Paraná, a oficina n.º 4, das modalidades de ensino: Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola, orientou a formação das escolas do campo, inclusive multianos, no ano de 2022.

Segundo informações contidas no material, as escolas do campo estão distribuídas em 31 Núcleos Regionais de Educação; sendo 531 Escolas do Campo (aproximadamente 23% do total de escolas da rede pública estadual); 10 escolas nas ilhas do litoral paranaense; 09 escolas itinerantes; 25 colégios de assentamentos e 106 escolas do campo multianos.

O material recupera, ainda, a natureza da Educação do Campo e a identidade dessas escolas, a partir dos princípios estabelecidos nas DCEs (2006). Em relação ao compromisso do Departamento de Educação Inclusiva/Coordenação de Diversidade e Direitos Humanos - SEED/PR, o documento estabelece que é dever deste,

> Oferecer Educação de qualidade aos sujeitos do Campo, no lugar onde vivem, de forma participativa e condizente com suas necessidades humanas, culturais e sociais. Formular e executar políticas que considerem as características dos sujeitos da diversidade, nas dimensões culturais, políticas, éticas e sociais, implementando as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná. Promover formação continuada aos professores que atuam nas Escolas do Campo. Produzir coletivamente material pedagógico na perspectiva da Educação do Campo. Trabalho articulado entre os departamentos e diretorias da SEED, bem como com os técnicos-pedagógicos da demanda, para atendimento às mais de 500 escolas do campo.

Nesse mesmo documento, é possível acessar orientações para trabalhar a partir dos descritores e habilidades para a Educação Básica. Vale considerar que, ainda que no caso das turmas multianos, os professores precisam organizar o trabalho com as etapas, sendo 6.º e 7.º ano, correspondem à Fase I e 8.º e 9.º, à Fase II.

Esse novo cenário, que atinge as escolas públicas paranaenses, sobretudo as localizadas no campo, exige dos professores e dos estudantes, outra forma de organizar o trabalho pedagógico, a relação professor-aluno e ensino-aprendizagem, pautados agora no controle externo.

Vale considerar, ainda, outros fatores que envolvem a gestão dos processos escolares, que no caso da escola do campo está diretamente relacionada à comunidade, o que implica na compreensão da educação para além da própria escola, assim recuperar os princípios e pressupostos estabelecidos nas DCEs são fundamentais para garantir a educação nesses espaços. Resta considerar se isso é possível diante da perspectiva neoliberal da educação adotada pela BNCC e aplicada de forma pioneira no Paraná.

Nesse modelo cabe perguntar, como fica o espaço de diálogo com a comunidade? Como trabalhar a partir das relações do trabalho e da vida do campo? Há espaço para esse debate/trabalho, diante de tantas plataformas e descritores para responder/atender?

Responder a essas questões implica na análise de vários fatores, dentre eles optamos por analisar a formação continuada dos professores do campo nesse período, com destaque para o Programa Escola da Terra, desenvolvido a partir de um termo de cooperação entre a SEED/PR e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão do MEC.

3. A formação Continuada de Professores/as do Campo no Paraná: elementos constitutivos nos últimos 10 anos

Como já discutimos neste texto, a Educação do Campo não se limita à escola do campo e isso exige a compreensão alargada do que é educativo e que educação interessa aos povos do campo. Isso implica em uma formação docente que dialogue com

os princípios construídos, sobretudo, nas DCEs de 2002 e 2006, que foi resultado de um amplo estudo, debates e reflexões sobre a diversidade e a especificidade do campo e da formação dos sujeitos do campo no Brasil e no Paraná.

Embora os esforços e os avanços consolidados nas Diretrizes e na continuidade às Diretrizes Operacionais para Educação do Campo de 18 de fevereiro de 2008 e a Resolução de 2010 no PR, uma série de pesquisas que sucederam a efetivação da política demonstra as dificuldades de implementação junto às redes estaduais e municipais de ensino.

Neste sentido, uma investigação realizada por Santos e Nunes (2020), intitulada Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro, a partir do Plano de Ações Articuladas (PAR) constatam emergências de problemas "vinculado às contradições sociais no campo, como falta de formação de professores e infraestrutura das escolas" (Santos; Nunes 2020, p. 12) e ainda a "luta dos movimentos sociais por Educação do Campo, fazendo com que a demanda esteja na agenda governamental" (Santos; Nunes 2020, p. 12).

O diagnóstico e a denúncia dos movimentos e organizações do Campo foram essenciais para a implementação de programas e ações que buscaram um diálogo entre as diretrizes e a incidência nas escolas públicas do campo, dentre eles o Pronacampo, que traz como princípios da educação do campo e quilombola na formação, em seu art. 3º, o,

> desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo. (Brasil, 2013a, p. 28)

A partir dessas prerrogativas, a nossa análise da formação continuada de professores do campo está vinculada a uma compreensão da política nacional para Educação do Campo, mas também do quadro apresentado no Paraná, Estado ao qual estamos organicamente vinculadas, considerando ainda as suas especificidades e diferenças regionais.

No quadro nacional/geral, Santos e Nunes (2020) alertam para que o período que segue a aprovação do Pronacampo e do próprio PAR (2007 a 2017) são marcados pela negação da Educação do Campo, com extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e da Coordenação de Educação do

Campo e da interrupção de financiamentos para a formação de educadoras e educadores do campo a partir de 2016. Para as autoras,

> O cenário está marcado pela presença do ideário privatista para a esfera social no Brasil, com experiências direcionadas para a Educação a Distância. O projeto societário em vigência a partir de 2019 é excludente e focado nas relações mercantis e na lógica da gestão empresarial nas instituições públicas. Delineia-se um Estado a serviço dos interesses do capital e uma sociedade marcada pela ampliação da desigualdade social (Santos e Nunes, 2020, p. 15).

No Paraná buscamos elencar a formação continuada ofertada pela rede de ensino ao qual essas escolas estão vinculadas, sendo o nosso recorte a rede estadual de educação, SEED-PR. ou seja, embora alguns programas e ações possam ter docentes das redes municipais de ensino, nosso foco foi as professoras que trabalham com o Ensino Fundamental - Anos Finais, 6.º ao 9.º ano, nas escolas do campo paranaense.

Consideramos ainda que a SEED/PR tem feito uma gestão da educação pública alinhada às definições políticas da BNCC. Nesse quesito, interessa a formação continuada ofertada aos professores do campo paranaense, tendo como recorte o período de 2015 a 2025 e como elas contribuem para efetivação dos princípios e pressupostos consolidados nas DCEs (2002/2006).

Segundo dados da SEED/PR, as formações continuadas promovidas pelo Departamento de Educação Inclusiva/Coordenação de Diversidade e Direitos Humanos demanda da Educação do Campo ou em parceria com entidades de ensino superior e MEC, no período estabelecido, foram:

> Programa Escola da Terra (2015 - 2025); Simpósio da Diversidade e Direitos Humanos (2016); VIII INTERILHAS (2016) – formação destinada aos profissionais das escolas das ilhas do litoral paranaense; IX INTERILHAS - Áreas do conhecimento e Eixos Temáticos: organização do trabalho docente (2016); Valorização educacional nas Escolas das Ilhas (2017); Escolas Itinerantes (2017); Educação do Campo (2017); I Seminário Estadual da Educação do Campo (2018); XII INTERILHAS (2019); Estudo e planejamento 1.º semestre de 2020 para as Escolas Estaduais do Campo Multianos (2020); Metodologias de ensino para as Escolas Estaduais do Campo Multianos (2021). Obs.: Esta formação foi ofertada em formato *on-line* devido à pandemia da Covid - 19; O planejamento nas Escolas Estaduais do Campo Multianos - um olhar diferenciado (2021); Novo Ensino Médio na perspectiva dos Colégios de Assentamento e Escolas Itinerantes (2022); As modalidades educacionais no Novo Ensino Médio (2022); Planejamento e metodologias ativas para organização multianos (2022); I Seminário do Novo Ensino Médio na perspectiva dos Colégios das Ilhas do Litoral (2022); XIII INTERILHAS: Escolas das Ilhas - desafios e possibilidades (2022); Itinerário Formativo - Colégios de Assentamento e Escolas Itinerantes Unidades Curriculares - 3.ª série (2023); Seminário 20 anos das Escolas Itinerantes do Paraná (2023); XIV INTERILHAS (2023); Aspectos legais e práticos das Escolas Estaduais do Campo Multianos (2023); Aspectos legais e práticos das Escolas Estaduais do Campo Multianos (2024); I Seminário de Diretores - 2025 - que entre outras temáticas, houve oficina para as Escolas do Campo Multianos e outra para

> Escolas Quilombolas, Escolas Itinerantes, de Assentamento e das Ilhas. (PARANÁ, 2025).

Destaca-se, também, que nas formações denominadas “Estudo e Planejamento”, que ocorrem todo início de semestre na rede estadual, há orientações específicas voltadas para as escolas do campo e suas especificidades (campo, ilhas, multianos, assentamento e itinerantes).

A respeito das formações para as escolas do campo multianos, em 2020, como destacado acima, houve formação no início do ano letivo, ano esse que foi o de implantação. Essa formação inicial se configurou em 5 polos regionais de forma a atender a todos os profissionais de educação dessas escolas, tendo em vista a nova organização de turmas e a necessidade de formação. Com a chegada da pandemia e a necessidade de oferta da educação de forma remota, o restante do ano de 2020 para essas escolas foi o de orientações gerais como todas as demais escolas, de como dar aulas remotamente, de acordo com cada realidade.

O Programa escola da Terra vem sendo ofertado no estado desde 2015, a partir de 2020 passa a atender os professores das Escolas multianos. Em 2022 e 2023, decorrente da primeira turma do estado no curso de aperfeiçoamento oferecido por meio do programa Escola da Terra, houve a primeira turma do curso de Especialização: Fundamentos e práticas em Educação do Campo, em que professores, pedagogos e diretores das escolas do campo multianos constituíram uma turma.

O resultado desse curso, foi a produção do material de apoio pedagógico para professores, pedagogos e gestores, o “Guia metodológico para as Escolas Estaduais do Campo Multianos”, com a finalidade de orientar os profissionais dessas escolas sobre a articulação dos conteúdos na fase I (6.º e 7.º anos) e na fase II (8.º e 9.º anos) do Ensino Fundamental - Anos Finais. O Guia traz os fundamentos da Educação do Campo, o trabalho com os Eixos Temáticos das DCEs e exemplos de aulas de todos os componentes curriculares das duas Fases, com as articulações de conteúdos e os eixos temáticos.

Nos anos de 2023 e 2024, foi oferecida mais uma turma do Curso de aperfeiçoamento do programa Escola da Terra, constituída com professores que atuam/atuavam nas escolas do campo multianos puderam fazer formação continuada voltada às escolas do campo que possuem organizações diferentes das seriadas. E em 2025, está sendo realizada a oferta da segunda turma do curso de especialização “Fundamentos e práticas em Educação do Campo II”, em que os cursistas das escolas multianos da edição do aperfeiçoamento de 2023 e 2024 estão participando.

O Programa Formadores em Ação ou Grupo de Estudos (GE), surgido durante o período pandêmico é ofertado pela mantenedora a todos os profissionais da rede desde 2020, de forma on-line denominada, Escola Digital do Professor. Pautado na troca de experiências entre pares, trazendo o próprio professor e pedagogo da rede para mediar e compartilhar discussões e aprendizagens.

Observando a oferta da formação continuada no Paraná, vemos que há um esforço da secretaria em desenvolver atividades para capacitar os professores que atuam nessa área. Também é possível perceber que as formações estiveram voltadas para as escolas multianos, escolas das ilhas, escolas itinerantes e de assentamentos. O último simpósio da Diversidade foi em 2016 e o Seminário Estadual de Educação do Campo em 2018. No ano de 2019 e 2020 com a pandemia da Covid-19 as atividades passam a ser on-line, e desde então essa tem sido a escolha, na maioria das vezes, para formação continuada.

Para Curado (2019), a formação de professores precisa estar ligada à emancipação desse sujeito, para que possam ser capazes de transformar a realidade onde vivem, fazendo, assim, um trabalho efetivo junto à sociedade e aqueles que são os interessados na ação.

Nesse sentido, para a educação do campo a autora destaca a formação de professores da educação do campo como uma possibilidade de produzir conhecimentos, na academia, mas sobretudo nos lugares onde vivem e trabalham (Curado, 2019). Para a autora,

> trabalhar com o conceito de formação crítica emancipadora refere-se desenvolver um par dialético da crítica e da transformação real. ou seja, requer uma ação pedagógica que toma a possibilidade da educação como artífice na construção da consciência crítica, capaz de apropriar-se da análise objetiva da realidade e impulsionar as ações humanas em busca da liberdade (Curado, 2019, p. 281).

Assim, duas questões precisam ser consideradas ao pensar a formação continuada de professores no Paraná, qual é o momento de exercício da práxis? Como esse exercício vem para as formações? E, como o professor, vem sendo instrumentalizado para as mudanças adotadas na rede de ensino? Qual é a avaliação de quem está no chão da escola sobre essas opções? Isso contribui para formação emancipadora, como tem sido pautada pelas comunidades camponesas, através de seus movimentos e organizações?

Enfim, para nós, professores, técnicos e sujeitos da Educação do Campo, cabe avaliar, analisar e construir estratégias para que professores e estudantes estejam garantidos em seus direitos, que a educação possa ser libertadora e transformadora, e somente com conhecimento efetivo e transformador isso será possível.

Conclusão

O texto teve como objetivo apresentar analisar a trajetória da Educação do Campo e a formação continuada dos professores nos últimos dez anos no estado do Paraná. É nítido o alinhamento político da SEED-PR com as prerrogativas da BNCC, inclusive com investimento público para aquisição de ferramentas que garantam a eficiência e a eficácia nesse processo, o que tem gerado formas de acompanhamento e controle que atravessam o trabalho dos professores e da gestão escolar.

No âmbito da formação continuada, o Paraná, por meio do Departamento de Educação Inclusiva, tem oferecido uma série de programas, projetos, seminários e ações, grande parte deles a distância e com profissionais da própria rede.

O Escola da Terra tem sido o diferencial, uma vez que desde 2015 vem avançando no sentido da produção de materiais, tendo por base as DCEs e o estudo da realidade, ou a compreensão da realidade, o que tem tornado o professor ator de sua prática. Porém, dada uma série de avanços da política neoliberal, da lotação/mudança de professores do local inicial de trabalho e a formação de contratação desses professores, pouco tem se avançado em práticas efetivas a partir do acumulado no Programa Escola da Terra.

Cabe ressaltar a necessidade de resistência e de encontrar forma de garantir que a formação continuada de professores possa acumular para luta por práticas pedagógicas, que estejam alinhadas aos princípios da Educação do Campo e que a escola do campo seja espaço para formação emancipadora dos sujeitos e das comunidades camponesas.

Referências bibliográficas

AMBONI, V**. História e formação humana na Educação do Campo no Paraná.** Revista InterAção. Universidade Federal de Santa Maria/RS. V. 15, N. 2, abr. / jun. 2024. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsm.br%2Finteracao%2Farticle%2Fview%2F84992&psig=AOvVaw3eJdo-ENoIFCkng7kpDCgY&ust=1754005188773000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAQQn5wMahcKEwjo5rnT4OWOAxUAAAAAHQAAAAAQBA. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/DPECIRER. Coordenação Geral de Política Públicas de Educação do Campo/CGPEC. **Documento Orientador: Programa Nacional de Educação do Campo** – PRONACAMPO. Brasília, 2013. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun, 2025.

CURADO, K. A. P. S. Epistemologia da práxis na formação de professores. In: MOLINA, M. C.; MARTINS, M. F. A. **Formação de formadores:** reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. 1ª ed. Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2019.

GRABAUSKA, S. G.; BASTOS, M. L. B. **A constituição de comunidades de professores, como investigadores críticos de suas práticas, contribui para a construção de uma ciência educacional crítica**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 2001, Curitiba. Anais do Evento. Curitiba: [s.n.], 2001. p. 19.

HAMMEL, A. C.; FINATTO, R. A; JANATA, N. E. **Formação continuada para professores de turmas Multi-idades:** reflexões a partir da organização escolar multianos no Paraná – Brasil. Revista Contexto & Educação - Editora Unijuí/ RS. Ano 40 – N. 122 – 2025. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/16683/8507&ved=2ahUKEwjwh8T_5eWOAxXOkJUCHWgiMeoQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw1U4oJO683E32rzplvmK2LM. Acesso em 10 jul. 2025.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Formadores em Ação - Conheça o GE | Escola Digital – Professor**. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/formadores-acao/jornadas-anteriores. Acesso em: 24 jul. de 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Paraná é o primeiro estado a ter currículo unificado à BNCC,** 2018.Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-o-primeiro-estado-ter-curriculo-unificado-BNCC. Acesso em: 20 de jun.2025.

SANTOS, A. R.; NUNES, C. P. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro.** Salvador/BA: EFUBA, 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32363/1/Reflexoes%2520sobre%2520politicas%2520publicas-repositorio-.pdf&ved=2ahUKEwiAp_rB4-WOAxVeH7kGHWeeNvgQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw24wjDZm_2-PgNUt-N_584k. Acesso em 25 jun. 2025.

VERDÉRIO, A.; BARROS, A. J. **A Educação do Campo frente à Base Nacional Comum Curricular**. Revista Praxis educativa, Universidade Estadual de Ponta Grossa/ PR. Vol. 15, e2015299, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/894/89462860096/html/. Acesso em 30 jun. 2025.

VIERO, J.; MEDEIROS, L. J. **Princípios e Concepções da Educação do Campo.** Universidade Federal de Santa Maria/RS. 1ª ed. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18361/Curso_Lic-Educ-Camp_Principio-Concep%C3%A7%C3%B5es-Educa%C3%A7%C3%A3o-Campo.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 jul. 2025.